

Paim acredita no reajuste mensal

COM A ENTRADA DE FHC, O DEPUTADO ACHA MAIS FÁCIL APROVAR SEU PROJETO SALARIAL. MAS O MINISTRO NÃO CONFIRMA APOIO.



RITA TAVARES

A nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda pode mudar o ritmo de negociação da nova política salarial em tramitação na

Câmara dos Deputados, na opinião do deputado Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Trabalho. Na última quinta-feira, ele enviou um fax para Cardoso com um único pedido: que ele entre na negociação porque, hoje, há um "jogo de empurra" entre os ministros Walter Barelly e Antonio Britto. "Como ele é um parlamentar, a conversa agora deve ser mais fácil", disse Paim com otimismo. Mas Fernando Henrique (veja matéria ao lado) evita dizer se apóia ou não o projeto, que deve ser votado na segunda quinzena de junho e prevê reajustes mensais de salário.

Jornal da Tarde — A negociação da nova política salarial muda com a entrada de Fernando Henrique Cardoso?

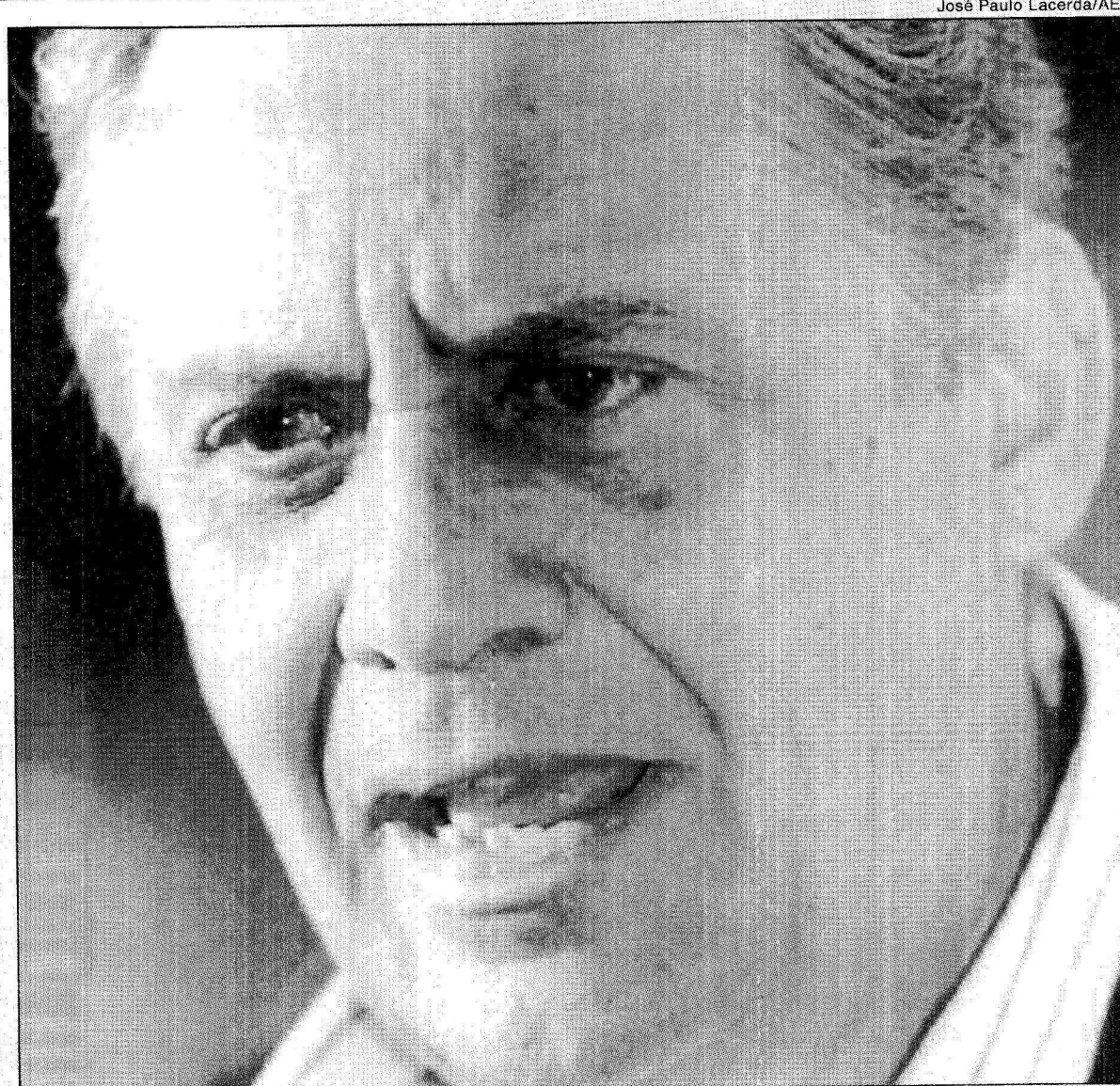
Paulo Paim — Gostaria de acreditar que sim, porque a experiência parlamentar do ministro Fernando Henrique deve facilitar a conversa. Só me preocupo se ele decidir seguir a política do ex-ministro Eliseu Resende. Na última

O IMPORTANTE É QUE OS SALÁRIOS SEJAM INDEXADOS: NÃO IMPORTA SE PELA PREFIXAÇÃO, PELA CORREÇÃO MENSAL OU PELA DOLARIZAÇÃO.

sexta-feira, li nos jornais que a equipe de Fernando Henrique admite adotar uma política de prefixação dos salários. O importante é que os salários sejam indexados: não importa se pela prefixação, pela correção mensal ou pela dolarização.

Quais são suas perspectivas para a negociação do projeto de política salarial?

A expectativa é das melhores. O ministro do Trabalho, Walter Ba-



José Paulo Lacerda/AE

REAÇÃO

FHC evita comentar e remete tema a Barelly

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (ao lado), mostrou-se cauteloso a respeito do projeto de lei do deputado Paulo Paim (PT-SP), de reajuste mensal dos salários. Ontem, Cardoso evitou dizer se apóia ou não a idéia. Sobre a declaração de Paim, de que seria mais fácil negociar a mudança na política salarial com Cardoso na Fazenda, o ministro sorriu. "Conversar com o Paim, para mim é fácil. Agora, o reajuste mensal... vamos ver", comentou bem humorado. E, brincando, disse que o deputado terá de conversar primeiro com o ministro do Trabalho, Walter Barelly. "Aí é com o Barelly", (abaixo).



relli, disse para nós que essa política salarial para a área privada é inócua, já que praticamente todos dão reajustes mensais. Com isso, o Barelly deu sinal verde para a aprovação do projeto de lei. Quanto ao ministro Antonio Britto, nós estamos levantando dados para mostrar a ele que o reajuste mensal não trará problemas de déficit na Previdência. Quanto ao servidor público, nós estamos defendendo a proposta que a ex-ministra Lúiza Erundina defende: os reajustes mensais seriam indexados à Receita da União. Há vontade de entendimento entre os políticos no Congresso para um acordo.

Qual é o prejuízo do trabalhador se for mantida a atual política do governo que prevê antecipações bimestrais e reposições a cada quatro meses?

Ao longo de treze meses, o tra-

balhador perde, de forma real, 50% do seu poder de compra. São dados do Diesse, baseados numa

SE CUMPRISSEM A CONSTITUIÇÃO, O MÍNIMO DESTES MÊS DEVERIA SER DE US\$ 300. MAS HOJE ELE VALE UM QUARTO DO QUE DEVERIA.

inflação de 25% ao mês.

Por esses cálculos, qual deveria ser o valor do salário mínimo?

Se cumprissem a Constituição, o mínimo deste mês deveria ser US\$ 300 (perto de Cr\$ 12 milhões pelo valor do dólar no paralelo). Mas hoje o salário mínimo vale

um quarto do que seria ideal para o trabalhador brasileiro viver com sua família.

O sr. tem segurança de que tanto a iniciativa privada como o setor público têm condições de conceder o ganho real de 3% ao mês aos trabalhadores que ganham o salário mínimo?

Eu tenho tanta segurança que eu me reporto a julho de 1989, época do governo Sarney, quando o salário mínimo do País chegou a US\$ 117,12. Na época do Magri, baixou para US\$ 67,49. E, agora, o mínimo diminuiu para US\$ 63,13. São dados do Diesse que comprovam um arrocho no valor do mínimo. Sobre a proposta dos 3% de ganho real, eu lembro o seguinte: em 89, o mínimo era reajustado mensalmente e ainda tinha um ganho real de 6,09% a cada bimestre. Nessa época, a Previdência Social tinha superávit e a

economia brasileira ia bem, não havia recessão. Isso mostra que crescimento real de 3% já foi realidade no passado e pode ser dado agora sem problemas. O representante das pequenas e médias empresas, Joseph Couri, disse que é até bom que haja reajustes mensais porque reativa o mercado interno. Com 3% ao mês, nós vamos precisar de quatro anos para o mínimo chegar ao seu valor ideal de US\$ 300.

Mas, deputado, hoje quase 50% dos trabalhadores não têm carteira de trabalho assinada, estão no mercado informal. O sr. não teme que essa situação seja agravada?

Primeiro alguns dados: 54% dos trabalhadores brasileiros ganham até 2 salários mínimos. Da população economicamente ativa de 64 milhões, 25 milhões têm carteira assinada.

Mas a outra metade não tem?

Ou, então, não trabalha. Não tenho preocupação em aumentar o mercado informal. Ao contrário, eu pego o exemplo aqui de Brasília: duvido que alguém consiga contratar, com ou sem carteira, uma empregada doméstica que ganhe menos do que o mínimo. Se tiver manda para mim... Mesmo porque eu pago um pouco mais. Não encontra; não tem. Sempre dizem quando o salário mínimo vai subir um pouquinho a mais que vai provocar desemprego e que as empregadas domésticas vão ser demitidas. Isso mostra que

O MAL DO PAÍS É QUE NÓS APOSTAMOS SEMPRE QUE ELE NÃO VAI CRESCER. APOSTAMOS SEMPRE NUMA POLÍTICA DE RECESSÃO.

o problema do País não é o salário mínimo. O salário mínimo é insignificante.

Deputado, o sr. não está pensando apenas nos estados mais ricos da federação? O próprio presidente do seu partido, Luís Inácio Lula da Silva, reconhece que os trabalhadores ganham, na maioria dos casos, menos que o mínimo. Esses trabalhadores não ficam esquecidos dessa política salarial?

Pelo contrário, é esse o mal do País. Nós apostamos que ele não vai crescer, apostamos sempre numa política de recessão, apostamos em vale-transporte, vale-leite, vale-fome, vale-habitação, vale-educação. É o vale tudo. Quando se parasse de dar esses vales todos e apostasse numa reativação do mercado interno, inclusive nos estados do Norte e do Nordeste, a política seria diferente.

O sr. apóia a proposta do ministro Barelly de alterar a sistemática de incidência dos encargos na folha salarial, passando-os para o faturamento das empresas?

Este governo é de falar muito e de agir pouco. Se o ministro Barelly tem essa idéia, deveria enviar logo um projeto para o Congresso. Eu sempre fui a favor desses cortes. Só me surpreendo com a proposta de redução de impostos, quando a União fala que está quebrada. Falta sintonia no governo.